



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 06

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 2 DE MARÇO DE 2016

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. ORDEM DO DIA	4
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA.....	4
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	4
3. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2016.....	4
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	5
4.1 Ratificação do Despacho n.º 5/2016 – 1.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2016 – PPI e AMRS	5
4.2 Ratificação do Despacho n.º 6/16 – 2016 – 2.ª Alteração ao orçamento de 2016.....	5
4.3 Aprovação dos termos e condições do Acordo de Colaboração para a Plataforma Local de Operacionalização e Gestão da Reserva Natural do Estuário do Tejo / Paisagem Protegida Local do Açude da Agolada / Paisagem Protegida Local do Açude do Monte da Barca para a implementação da marca Natural.PT	6
4.4 Tomada de Posição “Por mais e melhores cuidados de saúde no concelho de Alcochete”.....	10
4.5 Alienação de sucata – Análise da proposta	15
4.6 Alienação de viatura usada	16
5. APOIOS FINANCEIROS.....	16
6. INFORMAÇÕES	17
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE	17
ENCERRAMENTO.....	19

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezasseis, no Centro Comunitário do Passil, pelas vinte e uma horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Luís Miguel Carraça Franco, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes os senhores vereadores, José Luís dos Santos Alfélua, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

Não compareceu a senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio, por motivo considerado justificado.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, a senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento, assinalou o *Dia Internacional da Mulher*, lembrando as grandes conquistas das mulheres após o 25 de Abril, (licença de maternidade, do direito ao voto, entre muitas outras) face ao que eram as suas condições de subalternidade relativamente aos homens, dando como exemplos o não poderem viajar para fora do país ou abrir um negócio sem autorização do marido ou pai conforme a situação.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto questionou qual o prazo concedido, por correio eletrónico, a Carlos Paixão, relativamente à sua participação na BTL.

O senhor presidente da Câmara afirmou existir um mau relacionamento entre a Câmara e o senhor Carlos Paixão, contudo, o prazo que lhe foi indicado é o fixado pela entidade promotora e igual para todos os participantes.

Referiu haver um ambiente muito agradável entre todos os que participam, dentro do formato preconizado.

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou relativamente às comemorações do “Dia Internacional da Mulher”, dando especial relevo à iniciativa a levar a cabo no dia 5 do corrente mês, na Biblioteca Municipal, com a passagem de um pequeno filme sobre o trabalho das mulheres nas secas do bacalhau.

B. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €658.629,64 (seiscentos e cinquenta e oito mil seiscentos e vinte e nove euros e sessenta e quatro cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou que entre os dias 17/02/2016 e 01/03/2016, autorizou o pagamento da despesa no montante total de €555.847,74 (quinhentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e quarenta e sete euros e setenta e quatro cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 493 ao n.º 688.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação da ata da reunião ordinária realizada em 17 de fevereiro de 2016

O assunto foi retirado para posterior deliberação.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 Ratificação do Despacho n.º 5/2016 – 1.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2016 – PPI e AMRS

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Pelo Despacho, datado de 17 de fevereiro 2016, foi aprovada a 1.ª Alteração às Grandes Opções do Plano 2016 – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, proponho a aprovação referente a esta deliberação.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP e 5 votos a favor do PS e da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 1**.

4.2 Ratificação do Despacho n.º 6/16 – 2016 – 2.ª Alteração ao orçamento de 2016

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Pelo despacho, datado de 17 de fevereiro de 2016 foi aprovada a 2.ª Alteração ao Orçamento de 2016, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, proponho a aprovação referente a esta deliberação.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP e 5 votos a favor do PS e da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 2**.

Relativamente aos pontos 4.1 e 4.2 a senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento fez a seguinte Declaração de Voto, em nome do PS:

“À semelhança de outras alterações às Grandes Opções do Plano e ao PPI, demonstrativas das explicações que são dadas em termos do respetivo enquadramento, entendo que são alterações necessárias e são apresentadas aos órgãos competentes, neste caso, à Câmara Municipal.”

Também referente aos pontos 4.1 e 4.2 o senhor vereador Vasco André Marques Pinto fez a seguinte Declaração de Voto, em nome do CDS-PP:

“Apenas para dizer que, conforme em ocasiões anteriores, nestas alterações, e concordando com as palavras da senhora vereadora Teresa Sarmiento, é um ato de gestão interna e não tenho nada a opor.”

4.3 Aprovação dos termos e condições do Acordo de Colaboração para a Plataforma Local de Operacionalização e Gestão da Reserva Natural do Estuário do Tejo / Paisagem Protegida Local do Açude da Agolada / Paisagem Protegida Local do Açude do Monte da Barca para a implementação da marca Natural.PT

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Considerando que:

1. Alcochete é um dos concelhos que integra a Reserva Natural do Estuário do Tejo, uma das mais importantes zonas húmidas da Europa, e um destino de turismo de natureza, visado na estratégia municipal orientada para a preservação e promoção do património natural e cultural.

2. A Marca Natural.PT visa a promoção das Áreas Protegidas em particular do seu património natural, cultural, atividades e saberes tradicionais, potenciando um turismo sustentável nos territórios associados, numa estratégia em consonância com o quadro de financiamento europeu Portugal 2020.
3. A Marca traduz uma aposta na biodiversidade, na economia, no património e na identidade de Portugal, que visa valorizar e promover estes espaços singulares, sendo a gestão da marca da competência do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.
4. Com a adesão à marca Natural.PT a Câmara Municipal integra a Plataforma Local de Operacionalização e Gestão da Marca, (PLOG), que visa a implementação da Marca no território concelhio.
5. As PLOG desempenham uma função importante no processo de adesão à Marca, de apoio e consulta do ICNF na operacionalização da mesma, competindo-lhes emitir parecer sobre os pedidos de adesão, e a realizar as ações conducentes à dinamização e promoção da mesma, em estreita colaboração com o ICNF:
6. A coordenação dos trabalhos de intervenção das PLOG é assegurada pelo Secretariado Técnico do GT (Grupo de Trabalho para a Coordenação da Marca), podendo as entidades representadas apresentar os seus pareceres, através do SIGAM, ou em reunião convocada para o efeito pelo coordenador do GT;
7. A integração do Município na PLOG faz-se através da celebração do Acordo de Colaboração com o ICNF e a designação do interlocutor do Município na PLOG;
8. Integram as PLOG entidades locais e regionais dos territórios de incidência de uma AP- Área Protegida, no caso de Alcochete: Reserva Natural do

Estuário do Tejo/ Paisagem Protegida Local do Açude da Agolada/Paisagem Protegida Local do Monte da Barca;

9. Membros da PLOG: Municípios de Benavente, Vila Franca de Xira e Coruche, ERT-RL – Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, ERT-A – Entidade Regional de Turismo do Alentejo, ADL: Charneca Ribatejana, ADREPES.

10. Podem aderir à Marca Natural.PT produtores, promotores, proprietários de estabelecimentos ou outras entidades inseridas nas seguintes Tipologias de Bens e Serviços:

- a. Produtos Identitários: alimentares, não alimentares e imateriais
- b. Investigação/ conhecimento: projetos ou trabalhos, materiais com conteúdos didáticos e pedagógicos
- c. Território: intervenções materiais ou imateriais.

11. Aderir à marca Natural.PT significa:

- a. Pertencer a uma rede de territórios e atividades de excelência, com uma estratégia de promoção conjunta e coerente;
- b. Fazer parte de uma rede de entidades que trabalham em conjunto e se comprometem com a promoção e divulgação de todos os parceiros da marca Natural.PT;
- c. Fazer parte de um conjunto de entidades de exceção, associadas à valorização e usufruto dos recursos endógenos e espaços naturais classificados;
- d. Assumir uma conduta de atuação responsável do ponto de vista ambiental e socioeconómico, partilhando dos valores da marca Natural.PT;
- e. Ser promovido e divulgado como entidade/produto/serviço Natural.PT em eventos nacionais e internacionais em que a marca esteja presente.

12. A marca Natural.PT destina-se a todas as entidades, públicas e privadas, que estejam devidamente licenciadas, que desenvolvam a sua atividade relacionada com as tipologias abrangidas, que se comprometam com os

valores da Natural.PT, cumprindo os requisitos de adesão estabelecidos, e que se localizam no território de uma área protegida ou nos concelhos que a integram.

13. Pelo acima exposto, considera-se pertinente a celebração do Acordo de Colaboração com o Natural.PT por se constituir:

- a. Uma mais-valia a integração o Município numa estratégia nacional de valorização das Áreas Protegidas, sendo em Alcochete a sede da RNET, porta de entrada de uma das mais importantes zonas húmidas da Europa;
- b. Uma oportunidade de valorização do território em termos de património natural, assente numa estratégia de promoção turística e de dinamização das atividades económicas locais, com base nos saberes tradicionais, cultura, artesanato e gastronomia – indo ao encontro da estratégia do Município de promoção de um turismo de natureza de excelência;
- c. Uma forma de fomentar a parceria institucional com os operadores locais, enquanto ferramenta de conhecimento das suas aspirações em termos de dinamização económica;
- d. Uma mais-valia para os operadores locais na adesão a uma Marca de cariz nacional com visibilidade nacional e internacional, beneficiando de uma promoção concertada em eventos, feiras turísticas e demais iniciativas associadas à Marca.

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto nas alíneas t), u) e zz) do n.º 1 do artigo 33.º e do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere aprovar os termos e condições do Acordo de Colaboração para a Plataforma Local de Operacionalização e Gestão da Reserva Natural do Estuário do Tejo / Paisagem Protegida Local do Açude da Agolada / Paisagem Protegida Local do Açude do Monte da Barca para a implementação da marca Natural.PT, cuja minuta e Regulamento da Estrutura da Gestão da marca se anexam à presente proposta de deliberação e da qual fazem parte integrante.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 3**.

4.4 Tomada de Posição “Por mais e melhores cuidados de saúde no concelho de Alcochete”

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«O direito à Saúde é um direito fundamental de todo o ser humano inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A sua concretização foi uma importante conquista de Abril, com a consagração na Constituição da República Portuguesa de 1976 do direito a todos à proteção da Saúde, realizado através da criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) universal, geral e gratuito, atribuindo ao estado a responsabilidade pela garantia do acesso à prestação de cuidados a todos os cidadãos independentemente da sua condição económica.

Em 1979, a Lei n.º 56/79, de 15 de setembro, cria o Serviço Nacional de Saúde cuja missão consiste na prestação de cuidados de saúde a todos os que dele necessitem, nas vertentes da prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados de fim de vida.

O cumprimento deste imperativo implica a existência de serviços de saúde a funcionar plenamente, distribuídos pelo território nacional prestando cuidados de grande qualidade técnica e organizativa, verdadeiramente acessíveis a todos os cidadãos.

O concelho de Alcochete, neste contexto legal e organizativo, deve integrar uma rede de instituições públicas prestadoras de cuidados de saúde de qualidade que sejam capazes de garantir simultaneamente a proximidade da prestação, a diferenciação técnica e uma adequada integração dos vários níveis de cuidados de forma a assegurar os direitos dos cidadãos.

As Unidades de Cuidados de Saúde personalizados (UCSP), sendo por excelência a porta de entrada e o elo de ligação entre os cidadãos e o SNS, assumem e protagonizam importantes funções de promoção de Saúde e prevenção da doença, de prestação de cuidados e de articulação com os restantes serviços de saúde.

Para que as UCSP cumpram o seu papel de proximidade e qualidade é fundamental o investimento nestas estruturas, dotando-as dos meios técnicos, logísticos e humanos necessários ao seu funcionamento, designadamente o número de médicos, de enfermeiros e de outros profissionais de saúde, bem como de instalações adequadas, para que seja possível garantir a todos os cidadãos e famílias o acesso a uma equipa de saúde familiar.

Contrariamente ao estabelecido, o concelho de Alcochete é caracterizado pela cada vez menor existência de condições físicas e humanas e um aumento do universo de utentes sem médico de família.

Apesar de ser o quinto concelho que mais cresceu demograficamente entre CENSOS (2001-2011), cerca de 35% (6149 novos munícipes) as respostas na área da Saúde não acompanharam este crescimento. Ao invés, diminuíram.

Foram encerradas extensões de saúde, agravando-se ainda mais o acesso aos cuidados de saúde dos cidadãos mais desprotegidos, quer por condições económicas, quer por questões de idade e dificuldade de mobilidade e transporte. Referimo-nos concretamente à extensão da UCSP de Alcochete na freguesia de São Francisco, encerrada em 2010 e mais recentemente a extensão da mesma UCSP no lugar do Passil.

Também o número de profissionais – médicos e enfermeiros – tem vindo a diminuir. Traduzindo-se, tal facto, na redução do número de consultas e na redução dos horários de prestação de cuidados de enfermagem. Em números concretos são já mais de 6500 utentes sem médico de família e para os quais não há qualquer perspectiva de afetar um médico, de forma a cumprir os rácios legalmente definidos.

A insuficiente prestação de cuidados médicos no concelho de Alcochete deve-se exclusivamente a políticas erradas, levadas a cabo por sucessivos governos.

Contrariamente, o município de Alcochete tem pautado a sua atuação por uma total disponibilidade na resolução e construção de soluções que facilitam e melhorem os cuidados de saúde no Concelho. Desde logo com a cedência de terrenos para a construção do edifício que acolhe a UCSP de Alcochete e a extensão desta na freguesia do Samouco. Nesta freguesia, o município, atendendo às péssimas condições de acessibilidade e segurança do então edifício onde funcionava a extensão de saúde, substituiu-se ao governo central, realizando a obra de construção da atual extensão de Saúde, inaugurada em junho de 2011. Estando até este momento a aguardar o pagamento dos cerca de 406 mil euros por parte do Ministério da Saúde.

Por tudo o que acima foi dito, exige-se:

1. A reabertura imediata das Extensões de Saúde no lugar do Passil e na freguesia de São Francisco;
2. A colocação de mais médicos em todas as Extensões de Saúde;
3. A colocação de mais enfermeiros em todas as Extensões de Saúde;
4. A retoma dos programas de Saúde e das Consultas de Especialidade;
5. A elaboração dos estudos necessários à construção de um Hospital Montijo/Alcochete;
6. O pagamento da construção da Extensão de Saúde na freguesia do Samouco.

Assim, e em conformidade com a situação descrita, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

1. Pedir audiência ao senhor Ministro da Saúde;
2. Pedir audiência à comissão de saúde da Assembleia da República;
3. Desencadear um processo de participação da população em defesa da Saúde no Concelho de Alcochete, nomeadamente, através de um abaixo-assinado.»

Submetido à discussão, o senhor presidente lamentou a ausência da senhora vereadora Susana Custódio, vereadora do pelouro, que por motivos de saúde não pode comparecer à reunião, tendo então, explicado detalhadamente a forma como a câmara teve conhecimento do encerramento do posto de saúde no sítio do Passil, (por moradores no Passil) bem como do resultado da reunião entre a câmara e o diretor do Centro de Saúde de Alcochete, Dr. Carlos Afonso, tendo este remetido a responsabilidade do encerramento do serviço para o Dr. Paulo Espiga da ACES.

A senhora vereadora Teresa Sarmento lamentou o encerramento dos serviços o qual vai contribuir para afastar ainda mais as pessoas do Serviço Nacional de Saúde, que já foi dos melhores da Europa. Na sua opinião, a Administração Central poderia implementar outras formas de prestação de serviços, dando como exemplo as unidades móveis, facilitando assim, cuidados de saúde, em zonas mais afastadas dos centros urbanos.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto afirmou ser lamentável que se feche uma Extensão de Cuidados de Saúde sem que tenha havido um aviso prévio à Câmara Municipal e à população.

Neste momento, não importam cores políticas ou as diferentes ideologias políticas que compõem o executivo municipal. Aqui importa defender os interesses da população e por isso estamos em comum acordo.

O Serviço Nacional de Saúde e os cuidados prestados às populações do Concelho de Alcochete em particular, têm sido depauperados. Infelizmente os cortes na saúde têm sido transversais a todos os governos nas últimas décadas.

Devemos tomar as medidas necessárias para que a Extensão de Cuidados de Saúde do Passil possa ser reaberta o quanto antes.

Estou com a população e disponível para participar em todo o tipo de ações que se julgue necessárias para defender os interesses não só da população do Passil, mas de toda a população do Concelho de Alcochete, que tem visto empobrecidos os serviços de saúde que lhe são prestados.

Apesar de ter crescido demograficamente nos últimos anos, o concelho de Alcochete, é caracterizado por uma população maioritariamente idosa, com poucos recursos financeiros e com dificuldades de mobilidade e transportes.

Dei conta deste problema que está a ser vivido pelos moradores do Passil e do concelho de Alcochete no geral, ao Grupo de Parlamentar do CDS-PP, que por sua vez, fará amanhã uma interpelação ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde para ver esclarecido o assunto.

Quanto à possibilidade de construção de um novo hospital que sirva as populações de Alcochete e Montijo, afigurava-se como pouco improvável dadas as circunstâncias económicas do país. Mesmo defendendo que devemos alimentar os nossos sonhos, a realidade económica do país dificilmente permitirá que a construção se concretize a curto-médio prazo.

Inclusivamente o Exmo. Sr. Ministro da Saúde, hoje em reunião com representantes dos vários grupos parlamentares afirmou que apenas estava em condições de se comprometer nesta legislatura com a construção de dois hospitais, um no Seixal e outro em Évora. Em relação à Extensão de Cuidados de Saúde no Samouco, ao longo do mandato muito se tem falado do assunto, há a necessidade de ver esclarecido e concluído o assunto.

Neste momento devemos cingir-nos aos factos e a verdade é que eles são penalizadores para a nossa população, por isso, só podemos estar todos juntos e trabalhar em conjunto para vermos reaberta a Extensão de Cuidados de Saúde. Contém comigo."

O senhor vereador Jorge Giro lamentou também este encerramento, parecendo-lhe mesmo estar na hora de gritar e dizer basta! Para além deste encerramento, lembrou também a inexistência, no presente, da valência móvel dos CTT, obrigando munícipes de parques recursos a pagar transporte para se deslocarem à vila para receber a sua pensão.

A senhora vereadora Raquel Prazeres e o senhor vereador José Luís Alfélua afirmaram não ser este o país em que querem viver, reforçando que estarão sempre solidários com as populações.

A terminar, o senhor presidente da Câmara propôs a assinatura de um abaixo-assinado a distribuir em todo o concelho, o qual deverá ser entregue na reunião com o senhor Ministro da Saúde, o que foi aceite.

Submetido à votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade, bem como anexar o referido abaixo-assinado como **Doc.4**.

4.5 Alienação de sucata – Análise da proposta

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi proposto o seguinte assunto:

«No seguimento da deliberação da Câmara Municipal, de 20 de janeiro de 2016 e após afixação do respetivo edital n.º 3/2016, foi apresentada neste serviço, dentro do prazo limite, uma proposta para a aquisição de material considerado como sucata.

Proposta apresentada:

Rodolixo – Gestão de Resíduos, Lda. – Conforme informação 07/16/DAOML-SORV, de 16 de fevereiro de 2016, a proposta apresentada pela empresa obedece às condições de admissão.

Face ao exposto, propõe-se a alienação de sucata à empresa *Rodolixo – Gestão de Resíduos, Lda.*, uma vez que reúne os requisitos enumerados no procedimento concursal.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade

4.6 Alienação de viatura usada

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi proposto o seguinte assunto:

«O Município de Alcochete é proprietário de uma viatura usada, com a marca *Toyota*, modelo *Land Cruiser*, com a matrícula NE-81-46, cujo estado de conservação não justifica o dispêndio económico na sua reparação, conforme informação técnica n.º 42/15/DAOML-SORV.

Assim, propõe-se:

- Aprovação para a abertura do procedimento de alienação da viatura usada, dentro das condições de admissão explanadas na informação técnica que é parte integrante da presente proposta.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade, bem como anexar a referida informação técnica como **Doc. 5**.

5. Apoios Financeiros

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

- **Apoio às atividades do Clube de Ciência e Tecnologia-Robótica do Agrupamento de Escolas de Alcochete**

O Clube de Ciência e Tecnologia-Robótica, do Agrupamento de Escolas de Alcochete, irá participar no Festival *Robocup Junior BE*, que se realiza em Bruxelas no próximo dia 30 de abril.

As equipas de dança robótica deste clube têm apresentado excelentes resultados nos campeonatos que tem participado, dos quais salientamos o 1.º prémio mundial alcançado no *Robocup 2012*, na Cidade do México, o prémio “melhor programação”

no *Robocup 2008*, em Suzhou, na República Popular da China, e ainda o prémio de “Best Dance Team” no *Robocup Junior NL*, em abril de 2015.

A Câmara Municipal de Alcochete congratula o Clube de Ciência e Tecnologia, bem como o seu coordenador, professor Carlos Gonçalves, pelos sucessos alcançados a nível nacional e mundial, que conferem a promoção do nosso concelho e prestigiam toda a comunidade educativa de Alcochete.

No sentido de apoiar as despesas com materiais, transporte e alojamento dos participantes no Festival *Robocup Junior BE*, propomos, para deliberação da digníssima Câmara Municipal de Alcochete, a atribuição de um apoio no valor de €350,00 (trezentos e cinquenta euros) ao Agrupamento de Escolas de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

6. Informações

Não foram prestadas informações.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registaram-se as intervenções dos seguintes munícipes:

- Sandra Marçal: Informou em nome de um grupo de moradores do Passil, do abaixo-assinado contra o encerramento da extensão do Centro Médico do Passil, remetido ao Ministério da Saúde e com conhecimento a diversas outras entidades, lamentando que o diretor do Centro de Saúde de Alcochete, Dr. Carlos Afonso, não tivesse dado uma resposta.

Mais informou que o Ministério da Saúde respondeu, dizendo ter endereçado o abaixo-assinado à Direção Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

Questionou também se já está resolvido o problema com a coloração acastanhada que a água apresenta no verão.

- Marçalo: Afirmou que a população do Passil merece bons políticos e chamou a atenção para os horários praticados no Centro de Saúde de Alcochete que em regra não são coincidentes com os dos transportes públicos, ocasionando assim, que os munícipes percam muito tempo nas deslocações.

- Fernando Faria: Esclareceu que neste momento, o médico do Centro de Saúde de Alcochete só passa receitas aos utentes, apenas, com a validade de um mês, o que não acontecia há um tempo atrás. Este procedimento vem dificultar ainda mais a vida à população.

- Susana Oliveira: Lembrou que os utentes do Passil não têm atribuído médico de família.

- Emília Graça: Relatou a sua má experiência com os serviços de enfermagem, cuidados de que necessitou após uma intervenção cirúrgica.

O senhor presidente e os senhores vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto solidarizaram-se com as preocupações apontadas, tendo ficado decidido promover um abaixo-assinado a entregar no Ministério da Saúde.

O senhor vereador Jorge Giro esclareceu ainda relativamente à coloração que a água apresenta se deve à existência de manganês na mesma, salientando contudo, que não é prejudicial para a saúde, embora reconheça que não é agradável. A situação ficará resolvida quando for construído um novo furo de água.

Também o Presidente da Assembleia Municipal de Alcochete e os presidentes das juntas de freguesia de Alcochete, Samouco e S. Francisco manifestaram a sua

solidariedade para com a população do Passil, não deixando de explicar as carências que se sentem nas suas freguesias ao nível da saúde.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 23:40 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.